



**Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (anteriormente
denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)**

**Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2013**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (nova razão social de Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)
Curitiba - Paraná

Examinamos as informações financeiras intermediárias da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (nova razão social de Ouro Verde Transporte e Locação S.A.) (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as informações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de informações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as informações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas informações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas informações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das informações financeiras intermediárias da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles



internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as informações financeiras intermediárias

Em nossa opinião, as informações financeiras intermediárias referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (nova razão social de Ouro Verde Transporte e Locação S.A.) em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013 e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 29 de julho de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/13	31/12/12	Passivo	Nota	30/06/13	31/12/12
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	214.809	154.418	Fornecedores		80.279	15.920
Aplicações financeiras vinculadas	8	9.024	7.487	Financiamentos e empréstimos	15	240.339	190.009
Contas a receber de clientes	9	64.260	65.923	Arrendamento mercantil	18	121.693	116.482
Impostos a recuperar		1.994	12.705	Debêntures	19	43.593	43.647
Despesas antecipadas		6.998	4.019	Adiantamento de clientes		2.406	1.801
Adiantamentos a fornecedores		8.894	590	Impostos e contribuições a recolher		6.001	4.014
Contas a receber por alienação de controlada	10, 11	144.725	-	Salários e férias a pagar		11.960	7.640
Outros créditos		4.577	6.407	Distribuição de lucros a pagar		2.897	5.897
Instrumentos financeiros derivativos	25	18.932	14.756	Mútuos com partes relacionadas	11	118	85
		<u>474.213</u>	<u>266.305</u>	Outras contas a pagar		13	51
				Instrumentos financeiros derivativos	25	27	38
						<u>509.326</u>	<u>385.584</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	68.055	71.943	Financiamentos e empréstimos	15	725.248	595.931
Mútuos com partes relacionadas	11	-	597	Arrendamento mercantil	18	103.813	87.421
Outros créditos		1.296	1.913	Debêntures	19	97.170	118.590
Investimentos	12	8	239.614	Provisão para contingências	17	2.451	3.199
Imobilizado	13			Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	64.817	86.958
Veículos, tratores e colhedoras sujeitos a arrendamento mercantil operacional		1.120.897	931.260	PIS e COFINS diferidos		17.289	15.026
Outros imobilizados		6.671	13.460	Outras contas a pagar		1.172	1.424
		<u>1.127.568</u>	<u>944.720</u>			<u>1.011.960</u>	<u>908.549</u>
Intangível	14	10.991	1.293	Patrimônio líquido			
		<u>1.207.918</u>	<u>1.260.080</u>	Capital social	20.a	102.723	87.163
				Reserva de lucros	20.b	55.110	130.955
				Ajustes de avaliação patrimonial	20.c	3.012	14.134
						<u>160.845</u>	<u>232.252</u>
		<u>1.682.131</u>	<u>1.526.385</u>			<u>1.682.131</u>	<u>1.526.385</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto o resultado do período por ação)

	Nota	Período de seis meses		Período de três meses	
		30/06/13	30/06/12 (Reapresentado)	Trimestre de 1/4 a 30/6/13	Trimestre de 1/4 a 30/6/12 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	22	289.349	233.434	160.308	133.038
Custos dos serviços prestados e venda da frota	23	<u>(211.613)</u>	<u>(165.144)</u>	<u>(119.495)</u>	<u>(92.687)</u>
Resultado bruto		77.736	68.290	40.813	40.351
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	23	(3.234)	(123)	(2.794)	(52)
Administrativas e gerais	23	(13.788)	(8.618)	(6.484)	(4.206)
Resultado da equivalência patrimonial	12	304	(285)	50	(655)
Outras despesas operacionais, líquidas		<u>(461)</u>	<u>(170)</u>	<u>(528)</u>	<u>(382)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		60.557	59.094	31.057	35.056
Receita (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	24	22.631	34.455	13.914	15.349
Despesas financeiras	24	<u>(72.497)</u>	<u>(83.915)</u>	<u>(40.703)</u>	<u>(42.497)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(49.866)</u>	<u>(49.460)</u>	<u>(26.789)</u>	<u>(27.148)</u>
Resultado antes dos impostos		10.691	9.634	4.268	7.908
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	16	<u>(10.265)</u>	<u>(4.379)</u>	<u>(8.019)</u>	<u>(3.396)</u>
Resultado das operações em continuidade		<u>426</u>	<u>5.255</u>	<u>(3.751)</u>	<u>4.512</u>
Resultado das operações descontinuadas	6	<u>36.753</u>	<u>3.023</u>	<u>36.709</u>	<u>809</u>
Resultado do período		<u>37.179</u>	<u>8.278</u>	<u>32.958</u>	<u>5.321</u>
Lucro líquido por ação (em R\$)	21				
Básico		0,42655	0,09497	0,37812	0,06105
Diluído		0,42655	0,09497	0,37812	0,06105
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em R\$) - operação continuada	21				
Básico		0,00489	0,06029	(0,04303)	0,05177
Diluído		0,00489	0,06029	(0,04303)	0,05177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Período de seis meses</u>		<u>Período de três meses</u>	
	30/06/13	30/06/12	Trimestre de 1/4 a 30/6/13	Trimestre de 1/4 a 30/6/12
Resultado do período	37.179	8.278	32.958	5.321
Outros resultados abrangentes:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>37.179</u></u>	<u><u>8.278</u></u>	<u><u>32.958</u></u>	<u><u>5.321</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 1º de janeiro de 2012		87.163	5.568	102.032	-	18.546	213.309
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	1.121	(1.121)	-
Realização do custo atribuído da controlada, líquido dos impostos		-	-	-	375	(375)	-
Ganho na diluição da participação acionária		-	-	-	9	-	9
Resultado do período		-	-	-	8.278	-	8.278
Saldos em 30 de junho de 2012		<u>87.163</u>	<u>5.568</u>	<u>102.032</u>	<u>9.783</u>	<u>17.050</u>	<u>221.596</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2013		87.163	6.809	124.146	-	14.134	232.252
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	1.629	(1.629)	-
Realização do custo atribuído da controlada, líquido dos impostos		-	-	-	9.493	(9.493)	-
Integralização de capital	20	15.560	-	(15.560)	-	-	-
Redução por cisão	12	-	-	(108.586)	-	-	(108.586)
Resultado do período		-	-	-	37.179	-	37.179
Saldos em 30 de junho de 2013		<u>102.723</u>	<u>6.809</u>	<u>-</u>	<u>48.301</u>	<u>3.012</u>	<u>160.845</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/13	30/06/12 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do período		37.179	8.278
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		79.943	70.054
Provisões (reversões) para créditos de liquidação duvidosa e contingências		2.712	(353)
Custo residual do ativo imobilizado alienado		43.603	38.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos		19.065	4.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos - operação descontinuada	6	643	-
Instrumentos financeiros derivativos não realizados	25	(4.187)	(4.412)
Resultado na alienação de controlada	6	(55.325)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	(304)	285
Resultado de equivalência patrimonial - operação descontinuada	6	(231)	(3.023)
		<u>123.098</u>	<u>113.840</u>
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) em contas a receber		1.404	(3.178)
Aumento em outras contas a receber		(8.102)	(10.302)
Aumento em fornecedores		64.359	28.043
Aumento (redução) em partes relacionadas		630	(847)
Aumento em impostos e contribuições a recolher		11.345	429
Aumento em contas a pagar e provisões		3.697	7.505
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(426)	-
		<u>196.005</u>	<u>135.490</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado		(93.663)	(87.301)
Dividendos recebidos		306	-
Aplicações financeiras vinculadas		2.351	(15.554)
Aquisição de ativo intangível		(146)	(153)
		<u>(91.152)</u>	<u>(103.008)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Distribuição de lucros		(3.000)	(14.049)
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados		115.192	215.525
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos		(109.088)	(200.632)
Juros pagos		(47.566)	(57.923)
		<u>(44.462)</u>	<u>(57.079)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos			
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
		<u>60.391</u>	<u>(24.597)</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período		154.418	168.581
No fim do período		<u>214.809</u>	<u>143.984</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
		<u>60.391</u>	<u>(24.597)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	30/06/13	30/06/12
Receitas	<u>371.641</u>	<u>258.058</u>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	319.320	257.775
Outras receitas	55.334	283
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.013)	-
Insumos adquiridos de terceiros	<u>109.143</u>	<u>83.410</u>
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	101.730	75.145
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	7.413	8.265
Valor adicionado bruto	<u>262.498</u>	<u>174.648</u>
Depreciação e amortização	79.943	70.054
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>182.555</u>	<u>104.594</u>
Valor adicionado recebido em transferência	<u>8.406</u>	<u>14.558</u>
Resultado de equivalência patrimonial	535	2.738
Receitas financeiras	7.871	11.820
Valor adicionado total a distribuir	<u>190.961</u>	<u>119.152</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>190.961</u>	<u>119.152</u>
Pessoal	41.844	24.903
Impostos, taxas e contribuições	53.099	22.314
Remuneração de capitais de terceiros	<u>58.839</u>	<u>63.657</u>
Juros	56.702	60.738
Aluguéis	2.137	2.919
Remuneração de capitais próprios	<u>37.179</u>	<u>8.278</u>
Lucros retidos	37.179	8.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ouro Verde Locação e Serviço S.A. (anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.) (“Companhia” ou “Ouro Verde”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Curitiba - Paraná, e tem por objeto a locação de máquinas e equipamentos pesados e a terceirização de frotas de veículos leves. A Companhia além de atender todas as regiões do território nacional brasileiro, por meio de contratos de longo prazo que variam de dois a sete anos, é uma empresa multimarcas, com relacionamento junto aos principais fabricantes brasileiros e internacionais. A frota da Companhia é composta exclusivamente por ativos de ampla credibilidade e reconhecimento quanto à sua qualidade, confiabilidade e durabilidade.

A Ouro Verde vem realizando investimentos relevantes no aumento do seu ativo fixo com o objetivo de atender às crescentes demandas dos seus atuais e novos clientes. Durante o primeiro semestre de 2013, foram investidos R\$ 312,3 milhões no aumento da frota, 11,4% superior ao mesmo período de 2012, totalizando 23.197 itens, dos quais 6.070 itens representavam máquinas e equipamentos pesados e 17.127 itens representam veículos leves, um crescimento de 32,9% e 13,2% respectivamente, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O valor contábil da frota no encerramento de junho de 2013 atingiu R\$ 1.120,9 milhões.

Para o financiamento destes investimentos, a Companhia utiliza recursos de curto e longo prazo captados junto a instituições financeiras, principalmente, na forma de FINAME/PSI, via BNDES, que são linhas de crédito específicas para a aquisição de máquinas e equipamentos pesados, (nota explicativa 15), arrendamentos mercantis financeiros (nota explicativa 18) e debêntures (nota explicativa 19).

Em abril de 2013, houve uma reestruturação societária (vide nota explicativa 12), mediante (i) cisão parcial do patrimônio da Companhia, representada pela participação da Companhia no patrimônio líquido da Ritmo Logística S.A. (“Ritmo”), com versão da parcela cindida para a sua acionista controladora Novo Oriente Participações Ltda. (“Novo Oriente”); e (ii) celebração de contrato de compra e venda de ações da controlada Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais (“Martini Meat”) entre a Companhia e seu acionista controlador Novo Oriente (vide nota explicativa 6). Com isso, ocorreu a segregação das operações das atividades de logística, que eram conduzidas pela associada Ritmo, e as atividades de armazenamento, que são conduzidas pela Martini Meat.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2013, foram deliberados: (i) alteração da denominação social da Companhia de “OURO VERDE TRANSPORTE E LOCAÇÃO S.A.” para “OURO VERDE LOCAÇÃO E SERVIÇO S.A.”; (ii) aprovação do aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$15.560, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da reserva de lucros. Desta forma, o capital social subscrito da Companhia passou de R\$ 87.163, dividido em 87.163 ações ordinárias, sem valor nominal para R\$ 102.723, dividido em 87.163 ações ordinárias, sem valor nominal; (iii) aprovação da abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta, na categoria “A”, perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480, e (iv) aprovação do plano de outorga pela Companhia de opções de compra de ações ordinárias de sua emissão

ao seu presidente, diretores, gerentes e outros empregados (a serem definidos por critério exclusivo do Conselho de Administração).

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

a. Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Considerando que a Companhia vendeu a totalidade de sua participação e controle da subsidiária Martini Meat (nota 1) em abril de 2013, portanto não existindo nenhuma controlada no encerramento do período findo em 30 de junho de 2013, a Companhia não está apresentando informações financeiras intermediárias consolidadas para este período findo e para as informações financeiras dos períodos comparativos.

A autorização para a conclusão destas informações financeiras intermediárias foi dada pela Diretoria da Companhia em 29 de julho de 2013.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Base de preparação

a. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as normas CPCs / IFRS exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período/exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 18 - arrendamento mercantil

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 - *impairment*;
- Nota 13 – Imobilizado;
- Nota 16 - utilização de prejuízos fiscais;
- Nota 17 - provisão para contingências;
- Nota 25 - instrumentos financeiros.

3.2. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos/exercícios apresentados nessas informações financeiras intermediárias, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não esteja próximo de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são usados para gerenciar as obrigações de curto-prazo.

ii Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente à data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Inicialmente, os derivativos são

reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

c. Reconhecimento de receita

(i) Receita de serviços prestados

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são contabilizadas em uma base linear durante o período do contrato.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

(ii) Venda da frota

A receita líquida da venda da frota, atividade acessória e complementar da atividade de serviços prestados, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

d. Imobilizado

i Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos nas linhas de receita operacional líquida e custo dos serviços prestados e venda da frota, respectivamente.

ii Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é mensurada novamente pelo valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa nova mensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda por redução ao valor recuperável anterior na propriedade específica, com qualquer ganho remanescente reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio. Qualquer perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e é apresentada na reserva de reavaliação à medida que um valor tenha sido anteriormente incluído na reserva de reavaliação relacionada à propriedade específica, com a perda remanescente reconhecida imediatamente no resultado.

iii Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iv Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação da frota de veículos estão divulgadas na nota explicativa 13.

e. Ativos intangíveis

i Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii Amortização

A amortização, para os ativos intangíveis com vida útil definida, é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

i Ativos financeiros incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

A Companhia classifica seus segmentos operacionais (Terceirização de veículos leves e Locação de máquinas e equipamentos pesados) como suas unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado ou diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Arrendamentos

Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Pagamentos de arrendamento

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear durante o prazo do contrato de arrendamento.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Benefícios a empregados

i. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

ii. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures e perdas nos instrumentos de hedge.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações financeiras intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem

aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das informações financeiras intermediárias e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos os períodos fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem a Companhia a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

l. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado é reapresentada como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

m. Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos períodos apresentados.

n. Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social.

A Administração considera que as operações da Companhia compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como locação de máquinas e equipamentos pesados e terceirização de veículos leves. A renovação da frota é inerente ao processo de locação de

máquinas e equipamentos pesados e de terceirização de veículos leves, de forma que não é separável e, por tal razão, não constitui um segmento distinto.

o. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, preparadas de acordo com as normas BRGAAP aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

4 Reapresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao período de 30 de junho de 2012 foram alteradas e estão sendo reapresentadas de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros e CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das demonstrações contábeis para incorporar as seguintes alterações:

Demonstração de resultados

- (i) refletir a abertura da rubrica despesas com vendas, de acordo com o CPC 26 (99, 103) (IAS 1). Anteriormente, o saldo estava sendo apresentado inteiramente em despesas gerais e administrativas, e
- (ii) refletir a reclassificação do resultado com vendas de veículos, anteriormente reconhecida de forma líquida na rubrica de outras receitas operacionais para a rubrica de receita operacional líquida e custo dos serviços prestados e venda de frota;

Demonstrações dos fluxos de caixa

- (iii) eliminar, dos fluxos de caixa de investimento e dos fluxos de caixa das atividades de financiamento, os montantes registrados pela Companhia relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro, com a assunção direta de um passivo, considerando que nenhum dos fluxos de caixa ocorreu no início da operação; e

- (iv) refletir a reclassificação de aplicações financeiras vinculadas dos fluxos de caixa das atividades operacionais para os fluxos de caixa das atividades de investimento.

30 de junho de 2012

	Saldos previamente publicados	Ajustes		Saldos comparativos publicado nas informações financeiras
Demonstração do resultado do período				
Receita operacional líquida	197.031	36.403	(ii)	233.434
Custo dos serviços prestados e venda da frota	(126.512)	(38.632)	(ii)	(165.144)
Resultado bruto	70.519	(2.229)		68.290
Despesas com vendas	-	(123)	(i)	(123)
Despesas administrativas e gerais	(8.741)	123	(i)	(8.618)
Resultado da equivalência patrimonial	(285)	-		(285)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.399)	2.229	(ii)	(170)
Resultado do período	59.094	-		59.094
Demonstração do fluxo de caixa				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	119.936	15.554	(iv)	135.490
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(281.292)	178.284	(iii), (iv)	(103.008)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	136.759	(193.838)	(iii)	(57.079)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(24.597)	-		(24.597)

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exige a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo do contas a receber, é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros de mercado na data da mensuração. Recebíveis de curto prazo sem taxa de juros declarada são mensurados pelo valor da fatura original, se o efeito do desconto for imaterial. O valor justo é determinado no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, em cada data de balanço anual.

ii. Derivativos

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações fornecidas por instituições financeiras.

Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

iii. Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não-derivativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e para fins de divulgação, em cada data de balanço anual. O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros do principal e juros, descontados à taxa de juros de mercado na data da mensuração. Em relação ao componente passivo de notas conversíveis, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a passivos similares que não possuam opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros de mercado é determinada com referência a contratos de arrendamento semelhantes.

6 Ativo mantidos para venda e resultado das operações descontinuadas

Em 30 de abril de 2013, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a sua controladora Novo Oriente Participações Ltda., através do qual a Companhia vendeu a participação de 99,581% na Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, pelo valor total de R\$ 144,7 milhões, conforme valor justo apurado em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes. O pagamento poderá ocorrer, à escolha da Novo Oriente, em parcela única ou em 12 parcelas mensais e sucessivas (neste caso, sujeito à incidência de juros à taxa de 7,5% ao ano), em qualquer caso, após um período de carência de 12 meses. O investimento vendido gerou um resultado de R\$ 55,3 milhões, que líquido de imposto de renda e contribuição social de R\$ 18,8 milhões, resultou em um ganho líquido de R\$ 36,5 milhões.

O investimento na Martini Meat S.A. não era uma operação descontinuada ou classificada como mantido para venda em 31 de dezembro de 2012. Esta transação não envolveu entradas ou saídas de caixa e, portanto, não está sendo apresentada em atividades de investimento na demonstração de fluxo de caixa em 30 de junho de 2013.

A demonstração comparativa de resultado está sendo apresentada para exibir a operação descontinuada separadamente de operações continuadas, como segue:

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
(anteriormente denominada **Ouro Verde Transporte e Locação S.A.**)
Informações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2013

	<u>Período de seis meses</u>		<u>Período de três meses</u>	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Resultado das operações descontinuadas				
Resultado da equivalência patrimonial	231	3.023	187	809
Outras receitas operacionais, líquidas	55.323	-	55.323	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(643)	-	(643)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	<u>(18.158)</u>	<u>-</u>	<u>(18.158)</u>	<u>-</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	<u>36.753</u>	<u>3.023</u>	<u>36.709</u>	<u>809</u>

No quadro a seguir estão demonstrados os impactos no fluxo de caixa, como ajuste do resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2013 e 2012:

	<u>Período de seis meses</u>		<u>Período de três meses</u>	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Fluxo de caixa das operações descontinuadas				
Caixa líquido gerado em atividades operacionais	<u>36.753</u>	<u>3.023</u>	<u>36.709</u>	<u>809</u>

7 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/13	31/12/12
Caixa e bancos	37.173	1.854
Aplicações financeiras	<u>177.636</u>	<u>152.564</u>
	<u>214.809</u>	<u>154.418</u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam entre 98% e 110% dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

8 Aplicações financeiras vinculadas

	30/06/13	31/12/12
Aplicações financeiras - vinculadas a empréstimos tomados	77.079	79.430
(-) Parcelas classificadas no ativo circulante	<u>(9.024)</u>	<u>(7.487)</u>
Ativo não circulante	<u>68.055</u>	<u>71.943</u>

As aplicações financeiras vinculadas se referem a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxas que variam de 98% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e encontram-se vinculadas a amortizações de empréstimos contraídos junto as instituições financeiras custodiantes.

Os valores correspondentes foram classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento dos empréstimos aos quais estão vinculados.

9 Contas a receber de clientes

	30/06/13	31/12/12
Clientes nacionais	48.962	57.795
Serviços a faturar	18.505	11.076
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.207)</u>	<u>(2.948)</u>
	<u>64.260</u>	<u>65.923</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	30/06/13	31/12/12
A vencer	50.173	54.513
Vencidos até 30 dias	7.103	5.007
Vencidos de 31 a 60 dias	1.155	2.549
Vencidos de 61 a 90 dias	827	172
Vencidos acima de 91 dias	8.209	6.630
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.207)</u>	<u>(2.948)</u>
	<u>64.260</u>	<u>65.923</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A provisão é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente, e a movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	30/06/13	31/12/12
Saldo inicial	2.948	1.107
Adição à provisão	751	2.047
Utilização	<u>(492)</u>	<u>(206)</u>
Saldo final	<u>3.207</u>	<u>2.948</u>

10 Contas a receber por alienação de controlada

Refere-se ao valor a receber da controladora Novo Oriente Participações Ltda., pela venda na participação da totalidade da participação (99,581%) na companhia Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais, pelo valor total de R\$ 144,7 milhões, conforme valor justo apurado em laudo de avaliação preparado por empresa especializada contratada pelas partes. O pagamento poderá ocorrer, à escolha da Novo Oriente, em parcela única ou em 12 parcelas mensais e sucessivas (neste caso, sujeito à incidência de juros à taxa de 7,5% ao ano), em qualquer caso, após um período de carência de 12 meses.

11 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras companhias relacionadas, como demonstrado abaixo:

	30/06/13	31/12/12
Ativo circulante		
<i>Contas a receber por alienação de controlada</i>		
Novo Oriente Participações Ltda. (controladora) (a)	144.725	-
Ativo não circulante		
<i>Mútuos com partes relacionadas</i>		
Ritmo Logística S.A. (parte relacionada)	-	597
Passivo circulante		
<i>Mútuos com partes relacionadas</i>		
Serenata Adm.de Bens Ltda. (parte relacionada) (b)	118	85

(a) Vide nota explicativa 10.

(b) Saldo a pagar devido ao arrendamento de imóveis. O total de despesas incorridas com este arrendamento em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 543 (R\$ 390 em 2012).

Os contratos de mútuos destacados acima não possuem incidência de juros e data de vencimento.

Ainda, no primeiro semestre de 2012, a Companhia vendeu um helicóptero para Novo Oriente Participações Ltda. (controladora), pelo montante de R\$ 10.150. A transação gerou um ganho de R\$ 460 naquele período.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o período findo em 30 de junho de 2013 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.402 (R\$ 1.343 em 2012). A Companhia não concede ao pessoal chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda., com 62,78% de participação do seu capital social e o acionista Celso Antônio Frare, com 37,22% de participação do seu capital social.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	30/06/13	31/12/12
Participação em companhia controlada (a.1)	-	89.168
Participação em companhia coligada (a.2)	-	150.438
Outros investimentos	8	8
	8	239.614

a.1 *Participação em companhia controlada - Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais*

a.1.1 *Movimentação dos saldos no período*

Participação inicial no patrimônio líquido		70.681
Ágio		10.761
Saldo em 31 de dezembro de 2011		81.442
Aumento de capital		1.155
Ganho na diluição da participação acionária		10
Juros sobre capital próprio		(1.324)
Resultado na equivalência patrimonial		3.023
		84.306
Participação atual no patrimônio líquido		73.545
Ágio		10.761
Saldo em 30 de junho de 2012		84.306
Participação inicial no patrimônio líquido		78.407
Ágio		10.761
Saldo em 31 de dezembro de 2012		89.168
Resultado na equivalência patrimonial de 1º/1/13 a 30/4/13		231
Baixa por alienação do investimento em 30/4/13 (a.1.2)		(89.399)
Saldo em 30 de junho de 2013		-

a.1.2 *Informações da controlada - Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais*

Conforme descrito nas notas explicativas 1, 6 e 10, a Companhia vendeu, durante o período findo em junho de 2013, a totalidade de sua participação nesta controlada, portanto não existindo investimento em 30 de junho de 2013. Para 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, as principais informações financeiras da investida são:

	31/12/12	30/06/12
Ativo	200.306	192.685
Passivo	121.566	118.821
Receita	71.491	30.874
Lucro líquido do exercício/período	7.719	3.037
Capital social	46.404	44.785
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	46.209	44.591
Patrimônio líquido	78.740	73.864
Participação no capital social, no final do exercício/período	99,58%	99,57%
Participação no patrimônio líquido	78.407	73.545
Resultado de equivalência patrimonial	7.686	3.023

a.2 *Participação em companhia coligada - Ritmo Logística S.A.*

a.2.1 *Movimentação dos saldos no período*

Participação inicial no patrimônio líquido		30.451
Saldo inicial de mais valia dos ativos aportados pela controladora		5.265
Saldo inicial de ágio		<u>114.540</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011		150.256
Resultado na equivalência patrimonial		<u>(285)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012		<u><u>149.971</u></u>
Participação inicial no patrimônio líquido		31.743
Saldo de mais valia dos ativos aportados pela controladora		4.155
Ganho na venda do segmento/ágio		<u>114.540</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012		<u><u>150.438</u></u>
Dividendos recebidos		(305)
Resultado na equivalência patrimonial de 1º/1/13 a 30/4/13		304
Cisão do investimento em 30/4/13 (a.2.2)		<u>(150.437)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013		<u><u>-</u></u>

O saldo da mais valia corresponde à apuração da participação da Ouro Verde sobre a diferença entre o patrimônio líquido contábil e o valor justo da coligada, advindo da avaliação a valor justo da frota incorporada pela Ritmo. Esse montante foi realizado ajustando a equivalência patrimonial, tendo como base a realização do valor justo, por depreciação, dos ativos que originaram a mais valia.

O ganho na venda do segmento/ágio corresponde à diferença entre o valor total das contribuições feitas pela Ouro Verde (principalmente através de ativos de frota) e a participação da Ouro Verde sobre o patrimônio líquido a valor justo da Ritmo Logística S.A., o qual não está sujeito a amortização e tem a sua recuperabilidade testada anualmente.

a.2.2 *Informações da coligada - Ritmo Logística S.A.*

Em 30 de abril de 2013, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, correspondentes à participação de 35% na Ritmo Logística S.A., a serem recebidos pela Controladora Novo Oriente Participações Ltda. A cisão, com base em laudo de avaliação contábil, totalizou o montante de R\$ 108,5 milhões (valor contábil), o que causou uma redução no patrimônio líquido da Companhia, com a utilização parcial da reserva de lucros. O acervo líquido cindido é composto por R\$ 150,4 milhões do saldo de investimento, deduzido de R\$ 41,9 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos, resultando no valor cindido de R\$ 108,5 milhões, portanto não mais existindo este investimento em 30 de junho de 2013. Esta transação não envolveu entradas ou saídas de caixa, e, portanto não está sendo apresentada em atividades de investimento na demonstração de fluxo de caixa em 30 de junho de 2013.

Para 31 de dezembro de 2012 e 30 de junho de 2012, as principais informações financeiras da coligada são:

	31/12/12	30/06/12
Ativo	120.552	116.518
Passivo	30.704	28.743
Receita	252.644	115.501
Lucro líquido do exercício/período	3.688	768
Capital social	87.198	87.198
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	19.424	19.424
Patrimônio líquido	90.694	87.775
Participação no capital social, no final do exercício/período	35,00%	35,00%
Participação no patrimônio líquido	31.743	30.721
Resultado de equivalência patrimonial	182	(285)

13 Imobilizado

	Edificações	Veículos, tratores e colhedoras (*)	Máquinas e equipamentos (*)	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Total
Custo ou avaliação:						
Em 31 de dezembro de 2012	1.800	1.156.547	40.885	839	12.059	1.212.130
Adições (***)	20	308.036	4.288	171	3.431	315.946
Baixas	-	(78.571)	(3.482)	(1)	(65)	(82.119)
Transferências	1.813	(158)	158	-	(1.813)	-
Transferência para intangível (**)	-	-	-	-	(9.869)	(9.869)
Em 30 de junho de 2013	3.633	1.385.854	41.849	1.009	3.743	1.436.088
Depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2012	(182)	(258.521)	(7.651)	(148)	(908)	(267.410)
Despesas de depreciação no período	(67)	(77.745)	(1.359)	(45)	(410)	(79.626)
Baixas	-	36.926	1.544	-	46	38.516
Transferências	-	(19)	19	-	-	-
Em 30 de junho de 2013	(249)	(299.359)	(7.447)	(193)	(1.272)	(308.520)
Valor residual líquido:						
Em 31 de dezembro de 2012	1.618	898.026	33.234	691	11.151	944.720
Em 30 de junho de 2013	3.384	1.086.495	34.402	816	2.471	1.127.568
Taxas da depreciação % a.a.:	4	5,6 a 16,7	8,3 a 16,7	10	5 a 25	

(*) Grupo de ativo imobilizado sujeito a arrendamentos mercantis operacionais.

(**) Transferência de investimentos efetuados em implantação de software para o intangível.

(***) Da totalidade das aquisições de ativo imobilizado, ocorridas no período de seis meses findo em junho de 2013, parte significativa se deu por meio de arrendamento mercantil financeiro, com reconhecimento direto do respectivo passivo, não havendo fluxo de caixa envolvido na operação inicial. Tais aquisições de ativos, sem efeito de caixa, totalizaram R\$ 222.283. Assim, estas aquisições de ativos não estão sendo apresentadas na demonstração de fluxo de caixa, como atividade de investimento.

14 Intangível

		30/06/13		31/12/12	
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares					
Sistemas de processamento de dados	20	11.981	(990)	10.991	1.293

15 Financiamentos e empréstimos

Natureza	Encargos em 2013	30/06/13	31/12/12
FINAME	Linha PSI e TJLP que variam de 0,21% a 1,00% a.m.	492.636	424.150
CDC	Juros de 0,96% a 1,38% a.m.	16.786	19.547
Empréstimo em moeda estrangeira	Dólar + 3,9% a 4,38% a.a.	94.430	95.680
Capital de giro	CDI + juros 1,82% a 3,2% a.a. e pré fixado 12,3% a.a	361.735	246.563
		965.587	785.940
	(-) Parcelas classificadas no passivo circulante	(240.339)	(190.009)
	Passivo não circulante	725.248	595.931

Os financiamentos com natureza FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 898.753 (R\$ 715.259 em 2012) e aval do sócio majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do acionista majoritário no valor de R\$ 361.735 (R\$ 246.563 em 2012).

Em determinados contratos de financiamento, nas modalidades de capital de giro, FINAME e empréstimos em moeda estrangeira junto aos certas instituições financeiras, a Companhia assumiu a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente e semestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- *rating* igual ou superior a “BBB-“ nas agências de análise de risco de crédito;
- Dívida líquida / EBITDA ajustado*;
- EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;

- Dívida líquida / Ativo imobilizado; e
 - Dividendos acrescidos de juros sobre o capital pago dividido pelo lucro líquido do exercício.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	30/06/13	31/12/12
Ativo não circulante		
Provisão para contingências e para créditos de liquidação duvidosa	5.825	4.492
Prejuízos fiscais a compensar	10.843	20.398
Regime tributação - variação cambial	4.882	2.648
Outros	-	643
	<u>21.550</u>	<u>28.181</u>
 Passivo não circulante		
Ajuste arrendamento mercantil - adoção CPC 06	12.808	10.246
Regime tributação – hedge	6.428	5.004
Ajuste de investimento - CPC 18	-	41.850
Ajuste depreciação contábil - adoção CPC 27	67.131	58.039
	<u>86.367</u>	<u>115.139</u>
	<u>64.817</u>	<u>86.958</u>

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas semestralmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. Ainda, com base nas projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais nos próximos cinco exercícios.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Período de seis meses	
	30/06/13	30/06/12 (reapresentado)
Resultado do período antes de impostos	10.691	9.634
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(3.635)	(3.276)
Adições e exclusões permanentes e outros:		
Juros sobre o capital próprio	-	(450)
Resultado de equivalência patrimonial	103	(97)
Despesas indedutíveis	(426)	(556)
Perda prejuízo fiscal por cisão (a)	(6.475)	-
Outras exclusões	168	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(10.265)	(4.379)
Alíquota efetiva	96%	45%

- (a) Perda de prejuízo fiscal proporcional à redução do patrimônio líquido ocorrida em função da cisão do investimento na Ritmo Logística para a controladora Novo Oriente (vide nota explicativa 12).

	Período de três meses	
	30/06/13	30/06/12 (reapresentado)
Resultado do período antes dos impostos	4.268	7.908
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	(1.451)	(2.688)
Adições e exclusões permanentes e outros:		
Juros sobre o capital próprio	-	(180)
Resultado de equivalência patrimonial	18	(223)
Despesas indedutíveis	(278)	(240)
Perda prejuízo fiscal por cisão	(6.475)	-
Outras exclusões	167	(65)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(8.019)	(3.396)
Alíquota efetiva	188%	43%

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis/ambientais e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	30/06/13		31/12/12	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis/ambientais	2.548	-	2.548	2.559
Tributárias	4.942	(8.260)	(3.318)	80
Trabalhistas	4.502	(1.281)	3.221	560
	11.992	(9.541)	2.451	3.199

	<u>31/12/12</u>	<u>30/06/13</u>		Saldo final
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	
Cíveis/ambientais	2.559	1.071	(1.082)	2.548
Tributárias	4.918	24	-	4.942
Trabalhistas	2.038	3.044	(580)	4.502
	<u>9.515</u>	<u>4.139</u>	<u>(1.662)</u>	<u>11.992</u>

Existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis/ambientais avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 30.942 (R\$ 28.933 em 2012), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requerem sua contabilização.

Do saldo de depósitos judiciais tributários, o montante de R\$ 3.398 surgiu em decorrência de contingência ativa, na qual a Ouro Verde contesta o recolhimento de IPVA cobrado no estado de São Paulo, em função do prévio recolhimento no estado do Paraná. A Companhia não constituiu provisão por ter o entendimento de que tais autuações são contrárias à Constituição Federal e ao Código de Trânsito Brasileiro.

18 Arrendamento mercantil

a. Arrendatário

A Companhia possui, em 30 de junho de 2013, R\$ 301.793 (R\$ 288.933 em 31 de dezembro de 2012) contabilizados como ativo imobilizado (custo de aquisição) (principalmente veículos), com contrato de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 24 a 36 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data, sendo exercida pelo valor residual garantido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2013, a Companhia reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 13.763 (R\$ 14.035 em 2012) relativos a despesas financeiras e R\$ 40.465 (R\$ 35.917 em 2012) relativo à despesa de depreciação.

Em 30 de junho de 2013, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
	Até um ano	121.693	25.055
Entre um a dois anos	76.782	6.577	83.359
Entre dois a três anos	27.031	1.758	28.789
	<u>225.506</u>	<u>33.390</u>	<u>258.896</u>

As taxas de juros dos contratos de arrendamento variam entre 0,82% a 1,29% ao mês para os contratos pré-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto do contrato.

A Companhia assumiu a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados anualmente, e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*); e
 - Prévia anuência do arrendador no caso de troca de controle acionário e/ou na alienação ou venda de participação do capital social igual ou superior a 10%.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

A Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de financiamentos.

A Companhia também loca o terreno da sede em Curitiba através de um arrendamento mercantil operacional firmado com parte relacionada (Serenata Administradora de Bens Ltda. – vide nota 11). A duração do contrato é de 5 anos, com a opção de renovação de prazo após esse período. O valor dos pagamentos é reajustado anualmente com base no IGP-M. No período de 6 meses findo em 30 de junho de 2013 a despesa total reconhecida no resultado relativa a essa operação foi de R\$ 543 (R\$ 390 no mesmo período em 2012).

b. Arrendador

A Companhia tem contratos de aluguel de sua frota firmados com clientes para o período que varia entre de 2 a 7 anos. Estes contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional. Os veículos, tratores e colhedoras são vendidos a terceiros quando devolvidos pelos clientes. Os contratos de aluguel de frotas podem incluir manutenção preventiva e corretiva, substituição de carros e outros itens acessórios, conforme composição definida pelo cliente.

Os valores divulgados na tabela são os pagamentos mínimos não canceláveis (geração futura de caixa) a serem recebidos relativos aos contratos de aluguel em aberto em 30 de junho de 2013:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 7 anos	Total
Pagamentos futuros mínimos não canceláveis a serem recebidos (geração futura de caixa)	338.752	252.626	381.008	972.386

19 Debêntures

Natureza	Encargos	30/06/13	31/12/12
2ª Emissão	CDI + 3% a.a.	140.763	162.237
(-) Parcelas classificadas no passivo circulante		<u>(43.593)</u>	<u>(43.647)</u>
Passivo não circulante		<u>97.170</u>	<u>118.590</u>

Em 3 de maio de 2011, a 6ª Assembléia Geral Extraordinária aprovou a 2ª emissão de debêntures pela Companhia nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S.A., incluindo o limite previsto no artigo 60 da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, com as seguintes características:

- Foram emitidas 165.000 debêntures, em duas séries, com valor total de R\$ 165.000, sendo R\$ 150.000 da 1ª série e R\$ 15.000 da 2ª série;
- A data de emissão das debêntures foi a data da primeira subscrição e integralização de debêntures. Desta forma, em 10 de maio de 2011 ocorreu a subscrição e integralização da totalidade das debêntures emitidas pela Companhia com o conseqüente recebimento do montante de R\$ 165.000;
- As debêntures foram objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação — nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da ICVM 476/09 —, automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18/08/2004, conforme alterada, e da ICVM 476/09) (“Oferta Restrita”), e será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures a serem emitidas, com a intermediação do: (i) BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento; (ii) HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; e (iii) Credit Suisse (Brasil) Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;
- As debêntures são simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia e foram emitidas sob a forma nominativa e escritural;
- As debêntures da 1ª série possuem prazo de vigência de 5 anos - ou 60 meses, com 18 meses de carência e 42 parcelas mensais para o valor unitário principal, 60 parcelas mensais para os juros remuneratórios. As debêntures da 2ª série possuem prazo de vigência de 59 meses, com amortização em um único pagamento a ser realizado na data de vencimento, e 59 parcelas mensais para os juros remuneratórios;
- Os juros remuneratórios de DI - Depósitos Interfinanceiros, capitalizada de uma sobretaxa de 3% ao ano;
- As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória.

A Companhia assumiu a obrigação de manter determinados indicadores financeiros apurados trimestralmente e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Dívida líquida / EBITDA ajustado (*);
 - EBITDA ajustado* / Despesas financeiras líquidas;
 - Dívida líquida / ativo imobilizado; e
 - Prévia anuência dos titulares das debêntures no caso de troca direta ou indireta de controle acionário da Companhia.
- (*) Lucro líquido (prejuízo), excluídos os efeitos: do imposto de renda e da contribuição social; do resultado financeiro líquido; da equivalência patrimonial; das despesas de depreciação e amortização; e de outras receitas (despesas) operacionais líquidas; somado à receita obtida com a venda da frota; e às outras receitas (despesas) operacionais líquidas que resultem em fluxos de caixa.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelas debêntures.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 102.723 (R\$ 87.163 em 31 de dezembro de 2012) está totalmente subscrito e integralizado, e é dividido em 87.163.450 ações sem valor nominal.

O aumento do capital social no período deve-se à capitalização de reservas de lucros no dia 28 de junho de 2013, de acordo com Assembléia Geral Extraordinária realizada nessa data, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 15.560.

A participação dos acionistas no capital social da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é assim demonstrada:

Acionistas	Ações	%
Celso Antônio Frare	32.445.950	37,22
Novo Oriente Participações Ltda.	<u>54.717.500</u>	<u>62,78</u>
	<u>87.163.450</u>	<u>100,00</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos residuais da Companhia. Além disso, os titulares de ações ordinárias têm direito ao recebimento dos dividendos declarados, e têm direito a um voto por ação nas reuniões da Companhia.

b. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 32º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2012 foi destinado à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial consiste no custo atribuído de veículos, tratores e colhedoras registrados na data de transição para os CPCs e IFRS, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado e ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado.

21 Lucro líquido por ação

Os lucros por ação básico e diluído são calculados por meio da divisão do lucro líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período/exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	30/06/13	30/06/12
Resultado do período	37.179	8.278
Lucro líquido por ação básico:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R\$)	0,4265	0,0950
Lucro líquido por ação diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,4265	0,0950

	30/06/13	30/06/12
Resultado das operações em continuidade	426	5.255
 <i>Lucro líquido por ação básico:</i>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação básico (em R\$)	0,0049	0,0603
 <i>Lucro líquido por ação diluído:</i>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	87.163.450	87.163.450
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,0049	0,0603

22 Receita operacional líquida

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos:

	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/13	30/06/12 (reapresentado)	30/06/13	30/06/12 (reapresentado)
Prestação de serviços	294.249	226.496	161.766	124.053
Venda da frota	38.358	36.403	19.945	26.510
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(29.971)	(23.547)	(17.025)	(13.308)
Devoluções e abatimentos	(13.287)	(5.918)	(4.378)	(4.217)
	<u>289.349</u>	<u>233.434</u>	<u>160.308</u>	<u>133.038</u>

A composição da receita líquida reconhecida durante o período em cada categoria significativa é como segue:

	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/13	30/06/12 (reapresentado)	30/06/13	30/06/12 (reapresentado)
Prestação de serviços	250.991	197.031	140.363	106.528
Venda da frota	38.358	36.403	19.945	26.510
	<u>289.349</u>	<u>233.434</u>	<u>160.308</u>	<u>133.038</u>

23 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/13	30/06/12 (reapresentado)	30/06/13	30/06/12 (reapresentado)
Custos				
Custo de venda da frota	39.880	35.479	20.904	25.687
Despesas com benefícios a empregados	41.444	27.610	24.383	16.152
Despesas de depreciação e amortização	79.396	69.142	41.717	33.591
Manutenção e reparos	35.995	25.269	22.689	13.801
Serviços de terceiros	2.930	3.258	1.370	1.409
Outros	11.968	4.386	8.432	2.047
	211.613	165.144	119.495	92.687
Vendas				
Outros	3.234	123	2.794	52
	3.234	123	2.794	52
Gerais e administrativas				
Despesas com benefícios a empregados	9.131	5.133	4.529	2.537
Despesas de depreciação e amortização	547	912	284	459
Manutenção e reparos	41	18	16	9
Serviços de terceiros	1.349	649	693	283
Outros	2.720	1.906	962	918
	13.788	8.618	6.484	4.206

24 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Período de seis meses		Período de três meses	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(32.569)	(29.663)	(17.143)	(17.230)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(13.763)	(14.035)	(7.130)	(7.668)
Juros sobre debêntures	(7.256)	(12.693)	(3.652)	(5.829)
Despesas com hedge	(5.401)	(9.529)	(1.742)	(409)
Despesas com variação cambial	(11.508)	(16.353)	(9.705)	(10.463)
Outros	(2.000)	(1.642)	(1.331)	(898)
	<u>(72.497)</u>	<u>(83.915)</u>	<u>(40.703)</u>	<u>(42.497)</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos financeiros	7.813	11.767	3.783	6.317
Receita com hedge	11.028	13.946	9.536	8.978
Receitas com variação cambial	3.732	8.689	541	55
Outros	58	53	54	(1)
	<u>22.631</u>	<u>34.455</u>	<u>13.914</u>	<u>15.349</u>
	<u>(49.866)</u>	<u>(49.460)</u>	<u>(26.789)</u>	<u>(27.148)</u>

25 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
(anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)
 Informações financeiras intermediárias em
 30 de junho de 2013

		<u>30/06/13</u>					<u>31/12/12</u>	
Ativo	Nota	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	214.809	214.809	214.809	154.418	154.418
Contas a receber de clientes	9	-	-	64.260	64.260	64.260	65.923	65.923
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	77.079	-	77.079	77.079	79.430	79.430
Instrumentos financeiros derivativos		18.932	-	-	18.932	18.932	14.756	14.756
		<u>18.932</u>	<u>77.079</u>	<u>279.069</u>	<u>375.080</u>	<u>375.080</u>	<u>314.527</u>	<u>314.527</u>
Passivo	Nota	Passivos financeiros ao custo amortizado	Registrados pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Fornecedores		80.279	-	-	80.279	80.279	15.920	15.920
Financiamentos e empréstimos	15	965.587	-	-	965.587	965.587	785.940	785.940
Arrendamento mercantil	18	225.506	-	-	225.506	225.506	203.903	203.903
Debêntures	19	140.763	-	-	140.763	139.710	162.237	162.270
Instrumentos financeiros derivativos		-	27	-	27	27	38	38
		<u>1.412.135</u>	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>1.412.162</u>	<u>1.411.109</u>	<u>1.168.038</u>	<u>1.168.071</u>

- Valor justo dos instrumentos financeiros
- Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo.
- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Aplicações financeiras vinculadas - São definidos como ativos designados como mantidos até o vencimento.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.
- Instrumentos financeiros derivativos - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que indicam os instrumentos financeiros derivativos, são inteiramente classificados no nível II da hierarquia de valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou operações com instrumentos derivativos de *forward*, que se constitui em um acordo entre a Companhia e o banco, de compra ou venda de uma quantidade de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda. O principal objetivo é de proteger o resultado e fluxo de caixa futuro dos empréstimos em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2013, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados. Em 30 de junho de 2013, o valor nocional do instrumento financeiro derivativo é de USD 39.768 (R\$ 88.112).

	<u>30/06/13</u>	
	Ativo	Passivo
Circulante		
Derivativos cambiais - fluxo de caixa - empréstimos	<u>18.932</u>	<u>27</u>
	<u>18.932</u>	<u>27</u>

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições de primeira linha, no Brasil, e são garantidos por aval do sócio majoritário da Companhia para contratação destas operações.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos duvidosos, em 30 de junho de 2013, é de R\$ 3.207, representando 5% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2012, esta provisão era de R\$ 2.948, equivalentes a 4%.

A Ouro Verde possui um “Comitê de Investimentos” e um “Comitê de Venda de Ativos”, com reuniões semanais para aprovação das estratégias dos ativos da Companhia, bem como todos os investimentos a serem efetuados. Participam e votam neste Comitê, além da diretoria, a gerência corporativa de compras, do financeiro e da controladoria. Desta forma, são avaliados e formalizados todos os aspectos fundamentais para a realização de qualquer investimento, dentre eles: análise de crédito, rentabilidade, linhas de financiamentos, estratégias comerciais, diversificação de carteira, fornecedores, entre outros aspectos.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira, são afetados pelas variações do câmbio, tais como dólar e euro. Contudo, os principais montantes dos empréstimos bancários da Companhia em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nominal e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos. Enquanto que, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial atrelada à moeda euro pelo fato de não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi 8%.

Baixa do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	177.636	14.211	10.658	7.106
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Baixa do CDI	<u>77.079</u>	<u>6.166</u>	<u>4.625</u>	<u>3.083</u>
			<u>254.715</u>	<u>20.377</u>	<u>15.283</u>	<u>10.189</u>
Impacto no resultado					(5.094)	(10.188)
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Baixa do CDI	94.430	(7.554)	(5.666)	(3.777)
Capital de giro	CDI	Baixa do CDI	361.735	(28.939)	(21.704)	(14.469)
Debêntures	CDI	Baixa do CDI	<u>140.763</u>	<u>(11.261)</u>	<u>(8.446)</u>	<u>(5.631)</u>
			<u>596.928</u>	<u>(47.754)</u>	<u>(35.816)</u>	<u>(23.877)</u>
Impacto no resultado					<u>11.938</u>	<u>23.877</u>
Impacto final no resultado					<u>6.844</u>	<u>13.689</u>

Aumento do CDI

	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Aplicações Financeiras	CDI	Alta do CDI	177.636	14.211	17.764	21.316
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	Alta do CDI	<u>77.079</u>	<u>6.166</u>	<u>7.707</u>	<u>9.249</u>
			<u>254.715</u>	<u>20.377</u>	<u>25.471</u>	<u>30.565</u>
Impacto no resultado					5.094	10.188
Empréstimo em moeda estrangeira	CDI	Alta do CDI	94.430	(7.554)	(9.442)	(11.331)
Capital de giro	CDI	Alta do CDI	361.735	(28.939)	(36.174)	(43.409)
Debêntures	CDI	Alta do CDI	<u>140.763</u>	<u>(11.261)</u>	<u>(14.076)</u>	<u>(16.891)</u>
			<u>596.928</u>	<u>(47.754)</u>	<u>(59.692)</u>	<u>(71.631)</u>
Impacto no resultado					<u>(11.938)</u>	<u>(23.877)</u>
Impacto final no resultado					<u>(6.844)</u>	<u>(13.689)</u>

A Companhia não espera mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A gestão do risco de liquidez é feita pelo Comitê de Investimentos, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção adequada de recursos financeiros de curto prazo em caixa e equivalentes de caixa e através: (i) caixa gerado pelas atividades operacionais de serviços prestados, (ii) um aumento dos fluxos de caixa gerados pela venda de ativos para renovação de frota, e (iii) acesso a linhas de crédito pré aprovadas com terceiros (empréstimos e financiamentos). As projeções da Administração indicam que o aumento dos recursos derivados de contratos de arrendamento mercantil em seu portfólio em 30 de junho de 2013 serão suficientes para cobrir seus obrigações de curto e longo prazo junto a seus credores em geral. A Companhia possui um portfólio de contratos com seus clientes, com duração entre 2 e 7 anos, os quais possuem uma geração de receita prevista de R\$ 972.386 (vide nota 18).

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse

Ouro Verde Locação e Serviço S.A.
(anteriormente denominada Ouro Verde Transporte e Locação S.A.)
 Informações financeiras intermediárias em
 30 de junho de 2013

índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumarizados:

	30/06/13	31/12/12
Total dos financiamentos e empréstimos (nota explicativa 15), arrendamentos mercantis (nota explicativa 18), debêntures (nota explicativa 19) e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa 25)	1.312.951	1.137.362
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 7) e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 8)	<u>(291.888)</u>	<u>(233.848)</u>
Dívida líquida	1.021.063	903.514
Patrimônio líquido	<u>160.845</u>	<u>232.252</u>
	<u><u>1.181.908</u></u>	<u><u>1.135.766</u></u>
Índice de alavancagem financeira	86%	80%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 30 de junho de 2013			
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	240.339	294.238	431.010
Arrendamentos mercantis (nota 18)	121.693	76.782	27.031
Debêntures (nota 19)	43.593	42.840	54.330
Fornecedores	<u>80.279</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>485.904</u></u>	<u><u>413.860</u></u>	<u><u>512.371</u></u>

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2012			
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	190.009	247.075	348.856
Arrendamentos mercantis (nota 18)	116.482	78.440	8.981
Debêntures (nota 19)	43.647	42.840	75.750
Fornecedores	<u>15.920</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>366.058</u></u>	<u><u>368.355</u></u>	<u><u>433.587</u></u>

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a sofrer significativas variações, pois uma parcela dos seus passivos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano, que em junho de 2013 apresentou variação positiva de 8,4% (positiva em 8,9% em dezembro de 2012).

Em 30 de junho de 2013 a Companhia mantinha financiamentos em aberto no montante de USD 42.621 (R\$ 94.430).

Todos os empréstimos bancários da Companhia em USD foram completamente protegidos, utilizando contratos futuros que possuem o mesmo valor nocional e vencem nas mesmas datas dos respectivos contratos de empréstimos.

26 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- i Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- ii Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e
- iii Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações, os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 3.

Locação de máquinas e equipamentos pesados: prestação de serviços por meio da elaboração de projetos específicos para clientes de diferentes setores, tais como agronegócio, mineração, indústria, construção civil, infraestrutura, entre outros, incluindo, principalmente, caminhões, implementos rodoviários (tais como reboques e semirreboques) e equipamentos de “linha amarela” (pás carregadeiras, retroescavadeiras e outros), por meio de contratos com prazos de três a sete anos, presença nacional e diversificado frota multimarcas.

Terceirização de veículos leves: prestação de serviços para pequenas, médias e grandes empresas, com um portfólio variado de veículos de diferentes marcas e categorias (tais como carros populares, utilitários, carros executivos e vans), por meio de contratos de prazos de dois a três anos de duração. Adicionalmente, prestamos a nossos clientes, tanto para sua frota própria quanto terceirizada junto a nós, serviços de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos pesados, além de gestão de frotas (tais como rastreamento e/ou telemetria, frota reserva e/ou dedicada, gestão de multas, sinistros e avarias, combustível, dentre outros).

- As demonstrações dos resultados por segmento operacional são como segue:

26 Informações por segmento

(a) Informações financeiras por segmento operacional

(i) Apresentamos abaixo as demonstrações de resultado por segmento:

	<u>Locação de máquinas e equipamentos pesados</u>		<u>Terceirização de veículos leves</u>		<u>Saldos não alocados</u>		<u>Total</u>	
	<u>30/06/13</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/13</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/13</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/13</u>	<u>30/06/12</u>
Receita operacional líquida								
Serviços prestados	170.562	124.792	80.429	72.239	-	-	250.991	197.031
Ativos alienados para renovação da frota	9.163	15.067	29.195	21.336	-	-	38.358	36.403
Custos	<u>(120.156)</u>	<u>(88.002)</u>	<u>(86.700)</u>	<u>(76.071)</u>	<u>(4.757)</u>	<u>(1.071)</u>	<u>(211.613)</u>	<u>(165.144)</u>
Resultado bruto	59.569	51.857	22.924	17.504	(4.757)	(1.071)	77.736	68.290
Receitas (despesas) operacionais								
Vendas	(337)	(86)	(144)	(37)	(2.753)	-	(3.234)	(123)
Administrativas e gerais	(9.505)	(6.033)	(4.073)	(2.585)	(210)	-	(13.788)	(8.618)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	304	(285)	304	(285)
Outras despesas operacionais, líquidas	(171)	(119)	(74)	(51)	(216)	-	(461)	(170)
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	-	36.753	3.023	36.753	3.023
Depreciação e amortização	48.800	36.850	31.143	33.204	-	-	79.943	70.054
EBITDA ajustado por segmento	<u>98.356</u>	<u>82.469</u>	<u>49.776</u>	<u>48.035</u>	<u>29.121</u>	<u>1.667</u>		
EBITDA							<u>177.253</u>	<u>132.171</u>
(ii) A reconciliação do EBITDA é a seguinte:								
Resultado do período							37.179	8.278
(+) Despesas financeiras, líquidas							49.866	49.460
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido							10.265	4.379
(+) Depreciação e amortização							79.943	70.054
EBITDA							<u>177.253</u>	<u>132.171</u>

27 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de informações financeiras intermediárias, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2013, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 11.143 para danos materiais e R\$ 5.100 para responsabilidade civil/ambiental.

Adicionalmente, a Companhia possui apólices de seguros contra terceiros para a sua frota de veículos e equipamentos, cujas coberturas são de R\$ 4.350 para danos materiais e danos corporais.

28 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29 Eventos subsequentes

i. Aprovação do Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia

A Companhia aprovou, na 99ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de julho de 2013, o Regulamento do 1º Programa de Opção de Compra de Ações (“Programa” e “Regulamento”, respectivamente), no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28/06/2013.

O Regulamento estabelece como elegíveis a participar do Programa, o Diretor Presidente, Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários, Gerentes e outros empregados a critério do Conselho de Administração.

As Ações Objeto do Programa serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

Os Beneficiários poderão exercer o direito de Opção de Compra das Ações (“Período do Exercício” ou “Vesting”) na forma prevista na tabela abaixo:

- 20% em 1º de julho de 2014;
- 20% em 1º de julho de 2015;
- 20% em 1º de julho de 2016;
- 20% em 1º de julho de 2017; e
- 20% em 1º de julho de 2018.

O direito de Opção nas datas acima indicadas somente será possível, desde que se verifique a continuidade do vínculo empregatício que o Beneficiário mantém com a Companhia.

As ações sujeitas a Opção de Compra poderão ser adquiridas pelos Beneficiários pelo seu valor de abertura Oferta Pública Inicial de Ações - IP, com deságio de 20% (vinte por cento), corrigido pelo IGP-M, divulgado pela FGV Nenhuma outorga será concedida antes de 1º de janeiro de 2014.

O exercício da Opção far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição e celebração do respectivo contrato de aquisição de ações.

As ações objeto da Opção de Compra, terão os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos acionistas da Companhia, sendo-lhes sempre assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso.

É vedado o exercício da Opção de Compra, durante os 30 (trinta) dias que antecedem as datas de fechamento dos resultados da Companhia ao Mercado.

O Regulamento não impedirá qualquer operação de reorganização societária que vier a envolver a Companhia, devendo o Conselho de Administração ou Comitê determinar e realizar os ajustes cabíveis para proteger os interesses dos Beneficiários.

ii. Distribuição de Dividendos Intercalares

O Conselho declarou, na 100ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de julho de 2013, *ad referendum* da Assembléia Geral, a distribuição de dividendos intercalares à conta de lucro líquido apurado até 30 de junho de 2013, no montante de R\$ 8.830, equivalentes a R\$ 0,1013 por ação, que poderão ser imputados aos dividendos obrigatórios que eventualmente sejam apurados pela Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2014.

Os dividendos intercalares serão pagos aos acionistas em até 60 (sessenta) dias da sua declaração.